

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.408 - DF  
(2019/0298171-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
EMBARGANTE : DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORES : SU YUN YANG - DF009707  
JULIANA TAVARES ALEMEIDA  
EMBARGADO : WAL MART BRASIL LTDA  
ADVOGADOS : RICARDO MIRANDA MALVEIRA ALVES - DF028870  
JULIO CESAR GOULART LANES - DF029745

## DECISÃO

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. OMISSÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO FUX. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 7 DO STJ. EMBARGOS DO DISTRITO FEDERAL ACOLHIDOS, A FIM DE FIXAR OS HONORÁRIOS RECURSAIS EM 1% DO VALOR ARBITRADO PELA CORTE DE ORIGEM.*

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo DISTRITO FEDERAL contra decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. VALOR VENAL. SOLUÇÃO DADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE EM LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. DIVERGÊNCIA ENTRE A ÁREA CONSTRUÍDA E A CONSTANTE NA NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO. INVIÁVEL O REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA DESPROVIDO.*

2. Sustenta, em suma, omissão quanto aos honorários recursais.

3. Impugnação às fls. 606/609.

4. É o relatório.

5. Consoante o disposto no Enunciado Administrativo 7, aprovado pelo Plenário desta Corte Superior, *somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11 do novo CPC.*

6. Ademais, a Corte Especial deste Sodalício já firmou entendimento de que a incidência do art. 85, § 11 do Código Fux independe da apresentação ou de pedido expresso em contrarrazões. Precedente: AgInt nos EAREsp. 762.075/MT, Rel. p/ acórdão Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 7.3.2019.

7. O acórdão recorrido foi publicado já na vigência do Código Fux, cujo art. 85, § 11 prevê a fixação de honorários em caso de desprovimento do recurso. Plenamente cabível - e necessário -, destarte, seu arbitramento no presente caso, pelo que se configura a omissão apontada na decisão embargada.

8. Ante o exposto, acolhem-se os Embargos de Declaração do DISTRITO FEDERAL, a fim de fixar os honorários recursais em 1% do valor arbitrado pela Corte de origem.

9. Empós, retornem os autos conclusos para apreciação do Agravo Interno de fls. 594/603.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR